

01 FEV 1985

ANC 88  
Pasta 82/85  
040/1985

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil \* \* \*

*Assamblea*

## Unidade pela Constituinte

Ao mesmo tempo que marca o início em São Paulo de uma nova fase na campanha pela convocação da Assembleia Constituinte, o ato público realizado anteontem na Faculdade de Direito da USP sugere alguns cuidados quanto ao encaminhamento político do movimento. Se, de um lado, as questões de conteúdo, isto é, as que tratam de problemas concretos vividos pela população, têm de começar a ser discutidas, ganhando um enfoque diverso conforme as diferentes facções de interesse que compõem a sociedade, deve-se ter em conta que, antes de tudo, uma unanimidade fundamental precisa ser atingida. Esta diz respeito à necessidade de fortalecer as pressões em favor da convocação da Constituinte, sem que perturbem a luta dissensões partidárias menores ou desacordos inessenciais.

As vaias que se verificaram naquele ato público alertam para o perigo da falta de unidade numa campanha que ainda está dando seus primeiros passos. É natural que divergências afluam no decorrer de manifestações de massa e é compreensível, no momento atual, que distintas visões sobre a conjuntura queiram enunciar-se com vigor; entretanto, se preponderam no interesse dos participantes, pode enfraquecer-se o próprio objetivo comum que os reúne — além de possivelmente afastar do movimento apoios importantes. Muito há a congregar, em todos os setores da sociedade e nas próprias lideranças

políticas, até a campanha pela Constituinte adquirir a força que é desejável que tenha.

Naturalmente, o entrelaço das opiniões e tendências terá de vir, precedendo inclusive a disputa eleitoral propriamente dita. Para que seja produtivo, contudo, não poderá precipitar-se e irromper antes mesmo que os diversos partidos e entidades tenham elaborado suas alternativas e sugestões para o texto constitucional. Esta tarefa é, aliás, de extrema importância, pois não será aceitável que a Constituinte se reúna apenas para examinar um único projeto, previamente elaborado por uma comissão de especialistas, que se revestiria assim de caráter quase oficial. Acontecendo isto, os debates ver-se-ão forçosamente limitados aos temas e posicionamentos já previstos nesse documento único; por mais que alguns pontos possam ser alterados ou rejeitados, muito da futura discussão estará balizada por suas opções fundamentais.

É o momento, assim, de os diversos partidos se empenharem no estudo de seus próprios anteprojetos de Constituição, para que esta venha a surgir de um confronto o mais rico possível, isento de mútuas retaliações. As divergências de pontos de vista só se traduzirão de maneira construtiva na medida em que um grande número de propostas para a nova Carta vierem a público, preparadas pelos mais diversos setores da sociedade.